

Exma. Sr. Ministra da Justiça,
Dra. Francisca Van Dunem

Praça do Comércio
1149-019 Lisboa
gabinete.mj@mj.gov.pt

Assunto: Procuradoria Europeia – Pedido de acesso a documentos administrativos

Exma. Sra. Ministra,

A publicação, pela comunicação social, de excertos de uma nota enviada pelo Governo português ao Conselho da União Europeia no passado dia 29 de novembro de 2019 levantou dúvidas legítimas sobre a transparência do processo de nomeação do procurador português junto da nova Procuradoria Europeia.

Mau grado os vários excertos publicados e as explicações públicas já prestadas por V. Ex.^a, o certo é que o teor completo da nota continua a não ser conhecido, impedindo um escrutínio completo, cabal e distanciado das posições tomadas pelo Governo português ao longo deste processo.

Na sequência de questões então levantadas, teve V. Ex.^a a louvável iniciativa de, a 14 de outubro de 2019, publicar um conjunto de esclarecimentos, acompanhados de documentação relevante sobre o processo.

Com vista a completar os esclarecimentos úteis e necessários sobre esta questão, vem por este meio a Transparência e Integridade, ao abrigo da Lei n.º 26/2016, de 22 de agosto, que aprova o regime de acesso à informação administrativa e ambiental e de reutilização dos documentos administrativos, transpondo a Diretiva 2003/4/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 28 de janeiro, e a Diretiva 2003/98/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de novembro, requerer a V. Ex.^a:

1. que nos faculte cópia integral da nota e seus anexos, enviada ao Conselho da UE a 29 de novembro de 2019, por intermédio da Representação Permanente de Portugal Junto da União Europeia, acerca do processo de nomeação do representante português na Procuradoria Europeia;
2. que nos faculte cópia integral de toda a documentação remetida ao Conselho da UE pelo Governo português no âmbito deste processo.

Com os melhores cumprimentos,



Susana Coroado
Presidente da Direção